

spn  
INFORMAÇÃO



... rosa do mundo... amada... repartida... quase tudo...

# Sacrossanta avaliação

A avaliação é admitida hoje, em todos os domínios, como garante de qualidade, eficácia e eficiência. Desde que se avalie, o produto ou a acção terá (inegável) qualidade ou mérito! Não se discute que qualidade, mérito, empenho para se avaliar o desempenho!

Enfatizando a avaliação dos serviços públicos como garantia de eficaz redução dos gastos, ela desarticula-se da sua função – embora discursivamente anunciada, na operacionalização afasta-se dos fins que declara. Não se questiona a avaliação em si mesma, mas as consequências das classificações.

Era necessário um outro tempo de discussão, com intervenientes realmente interessados em reflectir na avaliação como estratégia para uma melhor profissionalidade e em torno de argumentos para uma avaliação formativa, que concretizasse eficazmente os objectivos com que *todos* concordamos.

Quando se avalia emite-se um juízo de valor; comunica-se esse julgamento a alguém, que pode ser o objecto de avaliação ou quem encomendou o serviço... Para além das questões “técnicas”, a avaliação comporta também questões éticas, que não podem ser silenciadas e/nem integradas nas técnicas.

Charles Hadji identificou três usos possíveis da avaliação dos professores:

- gestão administrativa das carreiras (lugar, progressão na carreira, salário)
- contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional (ajuda individual, formação em sentido lato)
- aperfeiçoamento do conjunto do sistema por uma melhor utilização dos recursos humanos.

Aos três usos correspondem diferentes destinatários: ao primeiro, a administração; ao segundo, os professores; ao terceiro, os “pilotos” do sistema. Cada um requer informação distinta:

- dados de comparação, permitindo situar cada um em relação aos outros;
- dados de ordem formativa, tendo por objectivo dar a cada um os respectivos meios de aperfeiçoamento;
- dados de eficácia social, em ordem ao posicionamento dos indivíduos no lugar que lhes corresponde no sistema.

A opção por um desses “usos” demanda a especificação de informações necessárias, de acordo com o destinatário, para que possam ser estabelecidos os instrumentos a colocar em prática. Enquanto esta opção não for clara e esclarecida, como diz Hadji, a “avaliação de professores arrisca-se a ser um espaço de arbitrariedades resultante da confusão de géneros”. ▶

**Anabela Sousa,**  
 *direcção do SPN*

# Descobrir as diferenças

Maria de Lurdes Rodrigues detestava professores. Todos o sabem. Sempre os olhou como se fossem empecilhos aos seus tenebrosos planos de transformar as escolas em autênticas linhas de montagem, com os docentes transformados em simples manuseadores de um material, que por acaso é humano, chama-se aluno, e pensa, age, reflecte, critica, intervém, aprende depressa a distinguir o certo do errado; enfim, vive e cresce como ser humano dotado de inteligência.

Isabel Alçada sucede-lhe e aparece com um discurso transformado. Ex-professora, diz querer valorizar os professores, devolver-lhes a autonomia profissional, a autoridade posta em causa, dignificar a função docente como condição nuclear da valorização da Escola Pública enquanto centro nevrálgico de uma efectiva democratização do ensino e de uma melhor formação das gerações futuras.

Discursos antagónicos. Posturas antagónicas também?

O tempo irá esclarecendo tudo, como sempre acontece...

É um facto que Isabel Alçada *entrou* bem. Disposta a fazer algumas roturas com o passado recente, iniciou um processo negocial com os sindicatos, pondo fim a algumas aberrações impostas pela antecessora, e desenvolveu um processo negocial atinente as bases de um novo Estatuto de Carreira e de um outro modelo de avaliação do desempenho docente que culminou num acordo absolutamente impensável uns meses antes. Este facto, para além de muitos outros ângulos de análise, também a levou a marcar pontos junto do seu chefe de Governo.

Mas aqui importa dizer, com frontalidade e clareza, que tudo isto (e o que se seguirá) se passa num novo consulado Sócrates e este, embora sem maioria absoluta, não deixou de ser detentor das mais retrógradas ideias sobre educação que passaram pelos ideários de governação de há muitos anos para cá.

E vingativo como é – facto que hoje já é bem do domínio público –, não esqueceu que o descontentamento e a revolta dos professores estiveram na base da perda da sua maioria absoluta. Daí não surpreender nada que as medidas mais recentes deste Ministério da Educação venham impregnadas desse sentimento de *revanche*, revestindo-se de contornos que as colocam mais no domínio das práticas anteriores do que das que eram sugeridas pelas posições da actual ministra.

**Abel Macedo,**  
co-coordenador do SPN



Extrapolar para os professores, como Isabel Alçada parece querer, o regime de vínculos da Administração Pública – que outra coisa não visa que conduzir as diferentes carreiras a impensáveis níveis de instabilidade – é uma medida que nem MLR ousou implementar.

Se pensarmos que toda a sensibilidade revelada quanto ao grave problema dos horários e condições de trabalho dos professores, e as suas consequências, ainda não registou nenhuma evolução, dar-nos-emos conta de que a asfixia financeira que este Governo provoca sobre os seus ministérios continua a determinar em absoluto as políticas que levam a cabo.

A ministra está assim colocada perante um dilema que só ela pode resolver: ou se mostra dócil perante as imposições de Sócrates, Teixeira dos Santos e restantes, e nem a sua capacidade de sorrir conseguirá ocultar as violações permanentes ao discurso inicial, ou se rebela contra este ditame e age em consequência.

Os professores estarão sempre atentos ao que Isabel Alçada irá fazer e também saberão agir em conformidade com o que exigem para si, enquanto profissionais responsáveis, para a Educação e para a Escola Pública que defendem. ▶

# Questões de *pormenor* no reino da incerteza



O procedimento a seguir relativamente aos docentes que em 2010 completam o tempo de serviço necessário à progressão na carreira ainda não está esclarecido, pelo que as escolas devem “aguardar orientações a este propósito que serão em breve remetidas”. Foi esta a indicação dada pela DREN às direcções de escola/agrupamento.

Com José Sócrates como primeiro-ministro, abandonou-se um modelo de avaliação do desempenho docente e passou-se, primeiro, à sua inexistência, depois, ao reino do faz-de-conta, e deste ao da incerteza. Que persiste.

De facto, após a publicação da alteração ao Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro), eram várias as matérias que careciam de regulamentação específica, assumindo natural preponderância a avaliação do desempenho docente, à qual o ECD aprovado dedicava o mais extenso dos capítulos, ainda que tal não evitasse ser esse o assunto que de mais diplomas complementares necessitava, a fim de ser completamente levado à prática o modelo configurado pelo Estatuto.

## E da mentira se fez verdade...

Fazia o Governo de então, nomeadamente através do próprio primeiro-ministro, a apologia de que só então se instituía, finalmente, a avaliação dos docentes, até aí inexistente. A ideia traduzia uma clara falsidade, uma vez que a avaliação do desempenho docente estava regulamentada desde 1994 (Decreto Regulamentar 14/1994, mais tarde revogado pelo Decreto Regulamentar 11/1998). É certo que ninguém dizia ser um modelo perfeito, mas existia e foi aplicado durante sensivelmente uma década. E só não continuou a sê-lo devido à iníqua decisão, em 2005, de não contar para carreira os 28 meses que se seguiram, até ao final de 2007.

Ora, diz o povo, e com razão, que pela boca morre o peixe...

Então não é que o anterior Governo, depois de impor a ausência de avaliação pela força, continuou a fazê-lo pela inércia?! É que demorou um ano inteiro entre a publicação do ECD e do Decreto Regulamentar 2/2008. Depois, teve ainda que produzir mais de uma dezena de outros diplomas para regular um modelo de avaliação que, na prática, nunca foi integralmente aplicado. Com efeito, de *simplex* em *simplex*, o modelo constante do ECD e do DR 2/2008 foi sucessivamente alterado e adiado, para, na verdade, acabar por morrer sem ter conhecido a vida.

## Avaliação? Ou nem por isso?!...

Mas se, nos anos de 2005/06 a 2008/09, se viveu entre a ausência de avaliação e os seus simulacros, também é verdade que, por razões várias, os docentes portugueses e a Escola Pública continuam à espera de algo que mereça mesmo ser chamado de avaliação do desempenho.

Foi, pois, com alguma expectativa que o país viu surgir um novo Governo, com uma nova equipa para a Educação, no quadro de uma também nova correlação de forças na Assembleia da República, uns e outra indiciando a possibilidade de se assistir a alterações rápidas, significativas e, acima de tudo, positivas. Pois bem, desde cedo os mais optimistas perceberam que não se justificava tanto entusiasmo, designadamente quando o Parlamento, essencialmente por responsabilidade do PSD, acabou por não suspender formalmente o modelo de avaliação em vigor.

## No reino da incerteza

Este facto veio introduzir a confusão nas escolas quanto à atitude a adoptar este ano, tendo em conta, por um lado, o facto de estar em negociação, entre o Ministério da Educação e os sindicatos, um novo modelo de avaliação e, por outro lado, o de haver legislação em vigor, designadamente o Decreto Regulamentar 1-A/2009 e o Decreto-Lei nº 270/2009, de 30 de Setembro, dela resultando a necessidade (!) de levar a cabo determinados procedimentos – sendo que “determinados” é uma força de expressão, pois isso é coisa que eles não estão...

De facto, a incerteza impera. Mas, apesar disso, e depois de muita insistência da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e dos seus sindicatos, temos que reconhecer como positiva a emissão por parte do ME de uma nota informativa (05.02.2010), enviada às escolas através das várias direcções regionais de Educação (DRE), esclarecendo que os procedimentos a desencadear no âmbito da avaliação do desempenho visariam apenas os docentes numa de três situações:

- os contratados, cuja avaliação é anual;
- os que tenham sido avaliados, no último processo, com as menções de *Regular* ou *Insuficiente*, para que, em caso de obtenção da menção de *Bom* ou superior, vejam anulados os efeitos da avaliação anterior;
- os que progridam durante o ano civil de 2010, para cumprimento da obrigação de uma *apreciação intercalar*, imposta pelo artigo 7º do DL 270/2009.

Ora, se o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof classificaram essa nota como positiva, tal não significa que seja completamente satisfatória. Com efeito, se nada há a dizer quanto às duas primeiras situações acima referidas, o mesmo já não é verdade quanto à terceira, uma vez que consideramos não fazer sentido impor essa apreciação intercalar – sobretudo se por tal se entender um processo avaliativo em tudo idêntico ao normal – a quem foi objecto de avaliação ainda há poucos meses.

E mais uma vez a persistência da Fenprof em denunciar a situação foi atendida, na medida em que, embora demorando, as DRE enviaram às escolas uma outra nota informativa que remete para momento posterior o esclarecimento relativo ao procedimento a seguir na terceira situação identificada, devendo as escolas avançar com a aplicação do já citado DR 1-A/2009 apenas para as duas restantes situações.

Se é certo que tal não esclarece, ainda, o procedimento a seguir pelas escolas para com os docentes que em 2010 completam o tempo de serviço necessário à progressão na carreira, não deixa de ser verdade que, pelo menos, evita que estas avancem com procedimentos que poderiam ser não apenas desnecessários, mas até contraproducentes.

Podendo haver quem desvalorize estas situações, a verdade é que algumas matérias que até parecem menores assumem, por vezes, uma enorme importância na vida das escolas e dos professores – ou como os pormenores às vezes se transformam em *pormenores*... ▶

**José Manuel Costa,**  
direcção do SPN

**Última hora**

Já esta edição estava a fechar quando o Ministério da Educação enviou às escolas a clarificação que faltava relativamente à apreciação intercalar dos docentes que completam, ou completaram, durante o ano civil de 2010 o tempo de serviço para progressão ao escalão seguinte. Fê-lo enviando o texto de um despacho (que já seguira para publicação), segundo o qual os docentes abrangidos, para além da menção de ‘Bom’ ou superior na avaliação de desempenho relativa ao biénio 2007/2009, precisam unicamente de obter ‘Bom’ ou ‘Muito Bom’ na apreciação intercalar – que devem requerer em conjunto com a entrega de um relatório da actividade desenvolvida desde o início do ano lectivo 2009/10 até ao final do mês anterior àquele em que completam o tempo necessário à progressão.

# Futuro da Educação Especial posto em causa

**Situação caótica. Regressão de meio século. País vai pagar caro política de desinvestimento. Todas as crianças têm direito à educação. Estas foram algumas das expressões ouvidas nas conclusões de um encontro de reflexão sobre a Educação Especial, que cruzou a experiência dos profissionais no terreno com a análise de investigadores convidados.**

*Uma nova organização do sistema para uma resposta verdadeiramente inclusiva e Docente de Educação Especial ou Docente para a Educação Especial?* foram os temas-base dos dois painéis de reflexão promovidos pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof). A iniciativa, que juntou cerca de quatro dezenas de participantes, com destaque para docentes de Educação Especial que são também dirigentes sindicais, teve como principal objectivo construir propostas que contribuam para a indispensável e inadiável reorganização do sector.

No primeiro painel participaram, como convidados, Miranda Correia (Universidade do Minho) e Maria José Ruivo ( direcção da Associação Portuguesa de Deficientes). Em foco estiveram questões relacionadas com a organização do sistema, a autonomia das escolas e as opções pedagógicas, bem como o desafio do alargamento da escolaridade obrigatória e a consequente reorganização das respostas.

David Rodrigues (Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa) e João Vaz (Escola Superior de Educação de Coimbra) deram os seus contributos para a dinamização do segundo painel, onde sobressaíram temas como a formação inicial (experiência prévia ou formação de base?), as implicações do processo de Bolonha, concursos e horários de trabalho.



## Sistema responde mal às necessidades

Em 2007, contra a opinião generalizada da comunidade educativa e de diversas entidades, o Governo revogou o quadro legal em vigor e, em sua substituição, impôs o Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, que, adoptando a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF) como instrumento único para avaliação de crianças e jovens com direito a apoios no âmbito da Educação Especial, desferiu uma forte machadada no conceito de Escola Inclusiva, tendo em conta a nova interpretação legal e a sua aplicação no terreno, uma vez que exclui todos os que não apresentem dificuldades provenientes de situações clinicamente comprovadas ou deficiências de carácter permanente ou prolongado.

Neste encontro, que decorreu na sede da Fenprof, foi sublinhada por diversos intervenientes a urgência de uma profunda alteração – ou suspensão, ou mesmo revogação do DL 3/2008. Os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) são parte integrante do sistema educativo; todas as crianças têm direito à Educação; a escola inclusiva tem de ser uma realidade – foram algumas das ideias manifestadas durante o debate, onde foi evidenciada a “má resposta” do sistema a muitas crianças e jovens com NEE. ▶

# Reforçar a autonomia pedagógica e a democracia nas escolas

É sabido que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof sempre contestaram esta alteração legislativa, assim como a validade das soluções encontradas, nomeadamente a imposição de um órgão de gestão unipessoal, no qual são concentrados poderes de decisão que anteriormente pertenciam a outros órgãos e actores escolares.

Ao designar os coordenadores de Departamento Curricular e do Conselho de Docentes, o Director determina a composição do Conselho Pedagógico e condiciona todo o processo de avaliação. A aplicação, em 2008/09, da versão simplificada do modelo imposto pelo Ministério da Educação (ME) evidenciou, num significativo número de escolas, os riscos de autoritarismo e arbitrariedade inerentes a esta concentração de poderes, deteriorando o clima de escola e agravando a desmotivação dos docentes.

A Fenprof tem propostas alternativas quer ao modelo instituído pelo DL 75/2008, quer ao anterior (115-A/98). Dada a relevância desta matéria para a vida das escolas, importa aprofundar as propostas em confronto, tendo em vista a substituição do actual regime por outro que consagre margens de autonomia efectiva para as escolas, o direito destas optarem entre um órgão unipessoal ou colegial, um processo de eleição directa do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado e a redefinição das competências e da composição do órgão de representação da comunidade educativa, reforçando uma lógica de cooperação e co-responsabilização dos diversos intervenientes.

Mas enquanto não estão reunidas condições para essa revisão global, que implica um debate mais aprofundado e o envolvimento de outros parceiros educativos, a Fenprof considera que, no imediato, devem ser introduzidas alterações ao DL 75/2008, reforçando as competências e a autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico. Isto passa por flexibilizar as estruturas pedagógicas intermédias, de forma a acabar com departamentos curriculares sobredimensionados e a permitir a constituição de conselhos de grupo disciplinar e/ou outros núcleos pedagógicos, e pela eleição dos coordenadores destas estruturas pelos docentes que as constituem.

A Fenprof apresentará ao ME, ainda no decurso deste mês, as suas propostas. E levará a cabo um conjunto de iniciativas para envolver os professores nesta frente reivindicativa, entre as quais o lançamento de um manifesto e a realização de um encontro de balanço da aplicação do DL 75/2008 (3º período).

Como afirmámos repetidas vezes, o Estatuto da Carreira Docente (ECD) e o novo regime de gestão das escolas foram duas peças fundamentais para a configuração de uma certa concepção de Escola e de Professor que a anterior equipa do ME quis impor. Agora que a luta dos professores obrigou a actual equipa a alterar o ECD, recuando em aspectos fundamentais, nomeadamente na divisão dos professores em duas categorias, há aspectos deste modelo que deixam de fazer sentido. A sua manutenção comprometerá, por exemplo, qualquer processo de avaliação, levantando problemas de legitimação dos avaliadores e de reconhecimento da sua autoridade pelos pares.

A necessidade de assegurar a democraticidade na organização e no funcionamento das escolas torna imperativo o reforço da sua autonomia pedagógica e do seu funcionamento democrático. Tal como o ECD, esta é uma frente reivindicativa da maior importância para o nosso futuro colectivo. Saibamos todos assumi-la, de forma activa, consequente e determinada! ▶

**Manuela Mendonça,**  
co-coordenadora do SPN

**Em Fevereiro, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) exigiu, em conferência de imprensa, a revisão do Decreto-Lei 75/2008. Ainda este mês, apresentará ao ME as suas propostas. E vai levar a cabo um conjunto de iniciativas para envolver os docentes nesta frente reivindicativa da maior importância.**

O Ministério da Educação assumiu, finalmente, que não fazia sentido a restrição do tempo destinado para a definição dos cinco dias úteis de interrupção lectiva da Páscoa, previstos para a Educação Pré-Escolar (EPE).

De facto, por determinação da ministra, o Despacho 14.724/2009 passa a ter a seguinte redacção:

«1.2 - As interrupções nos períodos do Natal e da Páscoa das actividades educativas com crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar, previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro, devem corresponder a um período de cinco dias úteis, seguidos ou interpolados, a ocorrer, respectivamente, entre os dias 21 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010, inclusive, e entre os dias 29 de Março e 9 de Abril, inclusive» – e acrescenta (2): «Nos agrupamentos de escolas em que, em função da alteração prevista no número anterior, se pretenda redefinir a interrupção no período da Páscoa, deve previamente comunicar-se ao respectivo município e aos pais e encarregados de educação essa alteração».

Após várias reuniões com o ME a colocar o assunto como ponto prévio de discussão, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) vê assim bem sucedida a sua defesa de um calendário escolar mais próximo das necessidades pedagógicas do sector e que salvasse os direitos dos docentes.

Não sendo, ainda, o calendário que pretendemos, não pode negar-se que é um passo importante no sentido do reconhecimento quer da função pedagógica deste sector, quer da necessidade de espaços para articulação; não é o final do percurso, mas um contributo para o que aspiramos venha a acontecer a curto prazo – a definição de um calendário que respeite os espaços de discussão, reflexão e avaliação de que os educadores necessitam para melhor desenvolverem a sua prática pedagógica, ou seja, o mesmo que se aplica ao 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. ▶

## Vitória dos educadores e da Fenprof

## Ensino Particular e Cooperativo: negociação do CCT continua

O processo de revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo decorre desde Janeiro, tendo-se realizado já três reuniões entre a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP).

A AEEP afirmou que tem como objectivo a revisão do clausulado geral e a sua adaptação ao novo Código do Trabalho, bem como uma nova estrutura de carreira docente. Referiu, ainda, que considera as actualizações salariais dentro do pacote global, “ameaçando” que quanto mais demore um acordo, mais se atrasa a aplicação das novas tabelas que venham a ser negociadas, não havendo lugar à sua aplicação retroactiva.

Relativamente à estrutura de carreira, propõe agora: carreira única, aumento da duração da mesma até ao topo, acabar com os três níveis iniciais de duração de um ano, deixando de haver qualquer nível com vencimento inferior a 1000 euros, permanência de 4 anos em cada nível e introdução de um número ou percentagem de vagas, a definir, para acesso a dois níveis da carreira; propõe, igualmente, a revisão do regulamento da avaliação de desempenho docente, designadamente a possibilidade de criação de uma comissão de avaliação.

A Fenprof, por seu lado, reiterou abertura para negociar quer as questões salariais, quer o clausulado geral, mas recusou liminarmente que as novas tabelas salariais vigorem em referência a outra data que não 1 de Janeiro de 2010. Sobre o clausulado geral, realçámos a importância dos horários de trabalho, cuja proposta de revisão já foi entregue à AEEP. Relativamente à estrutura de carreira, a Federação também já apresentou contraproposta, tendo ainda apresentado contributos relativos à avaliação de desempenho.

O processo negocial vai continuar – está marcada nova reunião para 13 de Abril –, sendo preocupação da Fenprof manter firmeza na defesa das melhores condições de trabalho para os docentes e da dignificação da função docente no sector. ▶



## JANEIRO

## I Série

**15. Decreto-Lei 5/10**

Determina o valor da retribuição mínima garantida no valor de € 475 para o ano de 2010.

## II Série

**18. Aviso 1.100/10**

Abertura de concurso para professores de Português no estrangeiro (África do Sul, Namíbia e Suazilândia).

**19. Despacho 1.264/10**

Aprova a lista de certificados e diplomas que permitem ao docente requerer a certificação de competências digitais por validação de competências associadas.

**27. Despacho 1.860/10**

Estabelece os prazos de inscrição dos alunos nos exames nacionais.

## FEVEREIRO

## I Série

**04. Portaria 73/10**

Procede à criação da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades e Sistema Nacional de Qualificações.

**15. Portaria 99/10**

Estabelece uma medida excepcional de apoio ao emprego para o ano de 2010 que se traduz na redução de um ponto percentual da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora.

**25. Portaria 114/10**

Suspende a entrada em vigor dos programas de Língua Portuguesa do Ensino Básico homologados em 31 de Março de 2009.

## II Série

**03. Aviso 2.404/10**

Divulgação das listas provisórias de ordenação e de exclusão e dos verbetes dos candidatos ao ensino de Português no estrangeiro (África do Sul, Namíbia e Suazilândia).

**09. Despacho 2.627/10**

Delegação de competências no Secretário de Estado da Educação, João José Trocado da Mata.

**09. Despacho 2.628/10**

Delegação de competências no Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre da Rocha Ventura Silva.

**18. Despacho 3.107/10**

Publica a classificação dos docentes dispensados da profissionalização em serviço.

**19. Despacho Normativo 6/10**

Estabelece o enquadramento da avaliação dos alunos.

**23. Aviso 3.330/10**

Publica as listas definitivas dos candidatos ao concurso de professores de Português no estrangeiro (África do Sul, Namíbia e Suazilândia).

**26. Despacho 3.617/10**

Designa como membro do Conselho Científico para a Avaliação de Professores, o professor Almerindo Janela Gonçalves Afonso (Instituto de Educação da Universidade do Minho).

## MARÇO

## I Série

**01. Portaria 125/10**

Prevê medidas excepcionais de apoio à contratação para o ano de 2010 – Iniciativa Emprego [MTSS].

## II Série

**16. Despacho 4.653/10**

Fixa para o ano escolar 2010/11, a quota de 130 para a concessão de equiparação a bolseiro.

**16. Despacho 4.654/10**

Fixa para o ano escolar 2010/11, a quota de 130 para a concessão de licença sabática.

**16. Despacho Normativo 7/10**

Regulamento do Júri Nacional de Exames e Regulamento dos Exames dos Ensinos Básico e Secundário.

## consultório jurídico

## Ainda o 1º concurso a 'titular'

O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu recentemente dois acórdãos que dão procedência às acções intentadas por sócios do Sindicato dos Professores do Norte para impugnação do primeiro concurso de acesso a 'Professor Titular'. O tribunal considerou ilegal a contabilização, no parâmetro da assiduidade, de faltas dadas por motivo de doença e ausências ao serviço por conta do período de férias (artigo 102º do Estatuto da Carreira Docente). Estas decisões vêm tutelar o enquadramento legal e respectivas expectativas que aquelas faltas e ausências sempre tiveram nos anos lectivos a que se reportou o 1º concurso de acesso à categoria de titular.

Poucos dias antes, a mesma instância tinha proferido outros dois acórdãos, no âmbito do mesmo concurso e igualmente favoráveis aos docentes, mas por razões diversas. Em causa, o facto de o júri do concurso, e posteriormente a Direcção-Geral de Recursos Humanos em Educação, em sede de recurso hierárquico, não terem considerado como prestação efectiva de serviço os anos de exercício da actividade de dirigente sindical. Entendeu e decidiu o colectivo de juizes que a desconsideração da lei reguladora do concurso, bem como do respectivo júri, não respeitou o preceito constitucional que consagra e salvaguarda o direito ao exercício da actividade sindical.

Numa época de grande discussão em torno dos direitos, liberdades e garantias, o TAFP veio repor um pouco de "ordem" no caos provocado pela desordeira anterior equipa do Ministério da Educação. ▶

# Avaliação do desempenho no Ensino Superior

**Os novos estatutos das carreiras docentes universitária (ECDU) e politécnica (ECDESP) determinam a avaliação do desempenho dos docentes com uma regularidade de, pelo menos, três em três anos.**

Abrangendo as diversas vertentes da actividade docente (investigação, ensino, extensão e gestão), a avaliação a realizar pode ser positiva ou negativa:

- no caso de avaliação positiva, é uma das condições para a contratação por tempo indeterminado dos professores auxiliares (sistema universitário) e adjuntos (sistema politécnico), bem como para a renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira;
- no caso de avaliação negativa durante o período de seis anos, é aplicado o regime geral fixado na Lei, nomeadamente para a violação do dever de zelo;
- reflecte-se, também, no posicionamento remuneratório na categoria.

Relativamente ao posicionamento remuneratório, importa ter presente que um grande número de docentes está no último escalão remuneratório da respectiva categoria; importa lembrar, também, que “o montante máximo dos encargos financeiros que em cada ano pode ser afectado à alteração do posicionamento remuneratório é fixado, anualmente, por despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e do ensino superior (...) em percentagem da massa salarial total do pessoal docente da instituição” [art.º 74-C do ECDU e 35-C do ECDESP].

Assim, na prática, esta avaliação introduz um sistema de gestão das progressões nas carreiras e de contenção do financiamento do Ensino Superior público, limitando as progressões de escalão remuneratório – a grande maioria dos docentes não progredirá ou a progressão será adiada por muitos anos, até haver disponibilidade financeira. Para além disso, institui um sistema que produz juízos sobre o exercício profissional e o desempenho dos docentes contaminados pelo imperativo de limitar as progressões, condicionadas à disponibilidade orçamental.

Assim consegue o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior reduzir ainda mais os encargos financeiros com o Ensino Superior. Mas, alegando promover uma avaliação com o objectivo de distinguir os excelentes, na realidade, vai corroer o ambiente entre colegas, promover o desânimo e, por fim, piorar o sistema que objectivamente não melhorou.

## É necessário repensar o modelo

Quando se fala de avaliação, importa ter presente que os docentes do Ensino Superior são avaliados globalmente ao longo da sua carreira, designadamente para a contratação por tempo indeterminado e nos vários concursos a que se sujeitam. A detecção de docentes que não cumprem com as suas funções deve ser realizada com uma avaliação que tenha um carácter globalizante e que não se limite a uma mera listagem de artigos, de actividades docentes, de gestão ou extensão, mas que tenha em consideração o modo como o docente se enquadrou nas actividades da instituição, bem como as condições de trabalho de que dispôs no período em avaliação.

O departamento de Ensino Superior do Sindicato dos Professores do Norte não recusa a avaliação (cf. página seguinte), mas entende que uma avaliação exclusivamente individual, de acordo com os modelos que têm vindo a ser propostos pelas várias instituições, não se justifica – entendemos mesmo que será contraproducente, pois irá gerar a competição, o medo e a destruição de qualquer noção de trabalho colectivo. Importa, por isso, pensar em formas de avaliação que promovam o trabalho colectivo, fomentem a cooperação e, assim, favoreçam a consecução de objectivos comuns. ▶

**SPN/Ensino Superior**



## O que defende o SPN

- Definição clara dos objectivos. A avaliação deve ter por objectivo orientar os docentes em termos do seu auto-desenvolvimento profissional – função ausente na generalidade das propostas de avaliação já conhecidas.
- Avaliações simples e compreensíveis, recusando tanto modelos burocráticos (baseados em formalidades administrativas) como tecnocráticos (confundem relevância com quantificação e mensurabilidade e reduzem o trabalho a uma caricatura fragmentada e absurda). Modelos tecno-burocráticos não são claros, são grandes consumidores de recursos e de tempo e não se justificam, mesmo quando o principal resultado pode ser a alteração de posicionamento remuneratório. Em particular, é inaceitável que a avaliação venha a conduzir à elaboração de qualquer tipo de rankings dos docentes.
- Utilização total da dotação anual máxima para as subidas de escalão.
- Operacionalização dos princípios de transparência, imparcialidade e coerência (a mera enunciação não garante a sua observação prática). Em particular, há que garantir a imparcialidade (quem avalia quem) e a transparência – devem ser comunicados a todos os avaliados os resultados da avaliação, a fundamentação das classificações de ‘excelente’ e ‘muito bom/relevante’, por terem um impacto que ultrapassa a esfera individual, na medida em que implicam a gestão institucional de dotações orçamentais específicas, com reflexo, portanto, sobre todos os docentes.
- Respeito pela liberdade académica, valorizando todos os domínios da actividade dos docentes.
- Adequação da avaliação às funções das diferentes categorias, de forma a que as oportunidades de acesso às classificações máximas sejam independentes da categoria.
- Direito à participação dos docentes na elaboração dos regulamentos de avaliação, quer ao nível da definição de parâmetros e critérios, quer ao nível da correcção e revisão do modelo, nomeadamente em reunião com a comissão de avaliação. A participação é fundamental para que a avaliação possa cumprir a sua função de orientação.
- Direito à audição dos sindicatos na revisão dos regulamentos das instituições e das unidades orgânicas.
- Representação dos avaliados nas comissões de avaliação das Instituições por eleição e por delegação sindical representativa.
- Direito de recurso do resultado da avaliação garantido por todas as vias, em particular por meios expeditos, nomeadamente pela resolução alternativa de litígios prevista nos estatutos de carreira (art.º 84-A do ECDU e 44-A do ECDESP).
- Integração dos superiores funcionais, independentemente da sua categoria, na comissão de avaliação.
- Salvaguarda da recusa de um avaliador, nomeadamente em caso de suspeição de falta de isenção e rectidão.
- Definição de regras claras de pontuação dos avaliados em caso de ausência de avaliação por situações excepcionais (doença e parentalidade, entre outras).
- Publicitação das regras que visam assegurar um justo equilíbrio da distribuição dos efeitos da avaliação de desempenho em cada unidade e entre as diversas unidades orgânicas. ▸

# A propósito do Dia Internacional da Mulher



**A proposta partiu de Clara Zetkin para que todos os anos se comemorasse um dia “em nome das nossas irmãs americanas, para exigir os nossos direitos e exprimir a solidariedade e o amor pela paz que nos une”.**

“Mulheres ganham menos 169 euros do que os homens”, noticiava o «Jornal de Notícias» recentemente. E especificava as discriminações a que continuavam a ser sujeitas as mulheres trabalhadoras, por sectores, níveis de formação e grupos etários.

Quanto à discriminação salarial, a notícia fazia referência a um estudo de Maria Pilar Gonzalez, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, que constatava que a “parcela mais relevante do diferencial salarial (...) traduz (...) práticas discriminatórias dos empregadores” (...). E, se entre os mais velhos, a discriminação se tem “mantido estável”, já as jovens são mais atingidas. Entre elas, “a discriminação representa uma percentagem cada vez mais significativa do diferencial salarial”.

Não poderíamos encontrar referência mais elucidativa e cruel das desigualdades a que estão sujeitas as mulheres portuguesas, nem referência mais eloquente das contradições e injustiças deste sistema neoliberal, isento de humanidade, porque são precisamente as jovens, aquelas que possuem maior nível de instrução e qualificação, as mais afectadas pela discriminação salarial.

E como a inevitabilidade da perda de direitos – justificada exaustivamente pela crise económica que assola o mundo – vai fazendo o seu caminho na consciência colectiva do povo, vamos percebendo que as mulheres jovens (em particular), apesar de mais qualificadas, já se vão dando por felizes por terem qualquer trabalho, sujeitando-se a processos de exploração cada vez mais inconcebíveis. É o exemplo concreto das professoras, que vão trabalhando onde calha, desde as actividades extra-curriculares (AEC) às caixas de supermercados, é o exemplo das engenheiras, arquitectas, economistas, que vão coleccionando formações académicas, estágios não remunerados, e trabalho mais do que precário.

## Uma data com sentido

Hoje, continua a fazer todo o sentido comemorar o 8 de Março, reflectindo sobre a sua motivação original.

É importante lembrar aquele Março de 1857, em que as operárias têxteis de Nova Iorque saíram à rua reivindicando a jornada de 10 horas de trabalho diário, oficinas claras e saudáveis e salários iguais aos dos alfaiates. Tão longe no tempo fica este acto pioneiro e tão perto ficam as causas que o motivaram.

Faz, pois, todo o sentido recordar que há 100 anos se comemora o Dia Internacional da Mulher, por decisão de mulheres, reunidas em Copenhaga, em 1910. A proposta partiu de Clara Zetkin – revolucionária alemã, defensora e promotora de um movimento de mulheres à escala internacional, que organizasse a luta pelos seus direitos – para que todos os anos se comemorasse um dia “em nome das nossas irmãs americanas, para exigir os nossos direitos e exprimir a solidariedade e o amor pela paz que nos une”.

Nos tempos que vivemos, em que tudo é transformado em produto para consumo, o próprio Dia Internacional da Mulher passou a ser uma efeméride sem sentido e sem história. Mas a verdade é que, ao longo destes 100 anos, sempre, nas condições mais adversas, milhares de mulheres comemoraram esta data como um momento de celebração, mas também de reflexão, de luta pelo direito à igualdade, de combate às discriminações de género.

A História e a vida demonstram que o desenvolvimento só se alcança com um decisivo investimento nas capacidades e competências das mulheres, a todos os níveis da sociedade. O seu elevado sucesso escolar tem de se traduzir num equivalente sucesso social, no emprego, na participação cívica e política, nos centros de tomada de decisão. Esta é a luta 100 anos depois!

## O papel da Escola

Neste caminho, a educação ocupa um papel fundamental. Uma Escola Pública de qualidade tem de ser também promotora da igualdade de género, introduzindo estas temáticas em todo o sistema educativo. Isso implica alterar os currículos, generalizar a educação sexual, combater e prevenir a violência no espaço escolar e entre pares jovens, “limpar” os materiais pedagógicos de concepções estereotipadas sobre o que é ser homem e ser mulher e de representações do mundo desfasadas da realidade social.

Simultaneamente, as temáticas da igualdade de género têm de ocupar um lugar destacado na formação académica, profissional e contínua de professoras/es, a investigação na área das questões de género tem de ser desenvolvida e os estudos que existem devidamente divulgados entre profissionais de educação e formadores/as.

Celebrar o Dia Internacional da Mulher nas escolas é iniciar ou continuar caminho na rota da igualdade de género.

Celebração é alegria, é contar a história, é homenagem àquelas operárias têxteis de Nova Iorque que saíram à rua reclamando trabalho com direitos e salário igual ao dos homens.

Celebração é recordar as mulheres heróicas, as de que se conhece o nome e as muitas outras não nomeadas, que nestes 100 anos de comemorações, em todo o mundo, foram tecendo sonhos e cultivando ideais, produzindo uma outra história escrita no feminino do plural, que tem de ser continuada. ▶

**Manuela Silva,**  
*Direcção Distrital  
de Aveiro do SPN*

---

## Identidade de género: tertúlia no *Piolho*

Assinalando o Dia Internacional da Mulher, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promove, no Porto, uma tertúlia ao entardecer sobre a igualdade de géneros. A iniciativa conta com a participação de **Maria José Magalhães**, investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (FPCEUP) e presidente da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), e de **Regina Marques**, presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Setúbal e membro da direcção nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). **Café Âncora d’Ouro (Piolho), 26 de Março (17h30).**



# Discriminação das mulheres rende 5.500 milhões

Ana Alvim



Por ocasião do centenário da declaração do Dia Internacional da Mulher, o economista Eugénio Rosa realizou um estudo em que se propunha tornar mais clara, à luz dos dados oficiais disponíveis, a actual situação das mulheres portuguesas face à economia e à sociedade. Se o balanço confirma muito do que já se sabia, há uma conclusão que surpreende pelo absurdo da enormidade – a diferença da remuneração do trabalho das mulheres face à dos homens em igualdade de circunstâncias rendeu ao “tecido empresarial” português mais de 5.500 milhões de euros de lucros extraordinários...

Em 2009, a população activa feminina com um nível de escolaridade até ao Ensino Básico representava 29,7% da população activa total, enquanto a masculina representava 38,1%. Ao invés, a percentagem de mulheres com Ensino Secundário e Superior representava 17,4%, enquanto os homens constituíam 14,7%.

Idêntica situação se verificava em relação à população empregada. A população empregada feminina com um nível de escolaridade até ao EB era 29,3% da população empregada total, enquanto a masculina correspondia a 38,1%. As mulheres com ES/S representavam 17,6% da população empregada total, sendo os homens apenas 15%.

No entanto, apesar de as mulheres possuírem um nível médio de escolaridade superior ao dos homens, as entidades patronais continuam a não reconhecer as suas competências.

Por exemplo, a nível de “quadros superiores”, a percentagem de mulheres, que já era minoritária em 2005, diminuiu de 33,9% para 31,4% em 2009. O mesmo sucedeu no grupo de “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, onde a percentagem de mulheres baixou de 57,3% para 56,8%.

Pelo contrário, nas profissões menos qualificantes, a percentagem de mulheres aumentou entre 2005-2009. A nível de “pessoal administrativo”, de 63,1% para 64,4%; do “pessoal de serviços e vendedores”, de 67,8% para 68,1%; dos “trabalhadores não qualificados”, de 64,5% para 68,1%.

Parece, pois, evidente a intenção das entidades patronais de discriminarem as mulheres e de desvalorizarem as suas competências, submetendo-as a uma maior exploração.

# 5

## Precariedade e desemprego

Mas, em Portugal, esta discriminação toma formas ainda mais agressivas. Pode mesmo afirmar-se que quanto maior é a escolaridade das mulheres, maior é a discriminação.

De acordo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), em 2008, por exemplo, a remuneração média das mulheres com escolaridade “inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico” correspondia a 81,2% da dos homens com o mesmo nível, enquanto uma mulher com “doutoramento” recebia apenas o correspondente a 71,8% do recebido por um homem com igual habilitação académica.

Também aqui, quanto mais elevada é a profissão qualificante maior é a discriminação. Em 2008, a remuneração média de uma “praticante e aprendiz” correspondia a 91,7% da de um homem com a mesma categoria, enquanto a nível de “quadros superiores”, onde a discriminação alcançava o seu nível mais elevado, a remuneração das mulheres correspondia, em média, a 69,7% da dos homens.

Em Abril de 2009, ainda segundo o MTSS, a remuneração média das mulheres era apenas 76,5% da dos homens, e 12,1% eram abrangidas pelo salário mínimo nacional (os homens apenas 5,3%). Se multiplicarmos a diferença entre remunerações (286,8€) pelo número de mulheres constantes dos quadros de pessoal e depois por 14 meses, obtemos 5.500 milhões de euros – é este o valor do lucro extraordinário mínimo obtido pelas empresas por discriminarem as mulheres na remuneração do trabalho.

Apesar de terem um nível médio de escolaridade mais elevado, as mulheres são, ainda, as mais atingidas pela precariedade e pelo desemprego de longa duração. Em 2009, 44,3% das trabalhadoras portuguesas estavam desempregadas ou tinham emprego precário (os homens em idêntica situação eram 40,6%). Por outro lado, no fim do 4º trimestre, 26,8% dos desempregados eram mulheres que já estavam no desemprego há um ano ou mais (22,8% de para os homens).

### Até ao fim...

Depois de ter sido discriminada e sobreexplorada pelas entidades patronais ao longo da vida, a Mulher continua a sofrer a discriminação quando se reforma ou é atingida por invalidez.

Em Janeiro deste ano, a pensão média de velhice das mulheres era de 301,42 euros (e as mulheres a receber pensão de velhice totalizavam quase um milhão), enquanto a dos 874.071 homens era de 507,41 euros. Ou seja, a pensão de velhice média das mulheres correspondia apenas a 59% da dos homens – em relação à invalidez, a pensão média das mulheres era de apenas 290,85 euros (recebiam esta pensão 148.319 mulheres), enquanto a dos homens era de 373,41 euros (149.192).

Neste Março da Mulher, sobra o triste “consolo” de que nem só do género vive a discriminação: no distrito de Vila Real, a pensão média de velhice das mulheres era de 264,70€ (menos 32,72€ do que a média nacional), enquanto a dos homens era de 325,41€ – apenas 64,13% da pensão média nacional...

Os números são oficiais. Revelam grande desigualdade, mas misérias que os sucessivos governos têm procurado ocultar – o Plano de Estabilidade e Crescimento com que, por estes dias, Sócrates tem acenado à Europa é apenas mais um passo para o “crescimento” da pobreza que, indiferenciadamente, atinge cada vez mais portuguesas (elas e eles). ▀

**Nota:** Texto adaptado do resumo de *Discriminação das mulheres deu às empresas um lucro extraordinário superior a €5.500 milhões por diferença de remunerações não pagas* [estudo disponível nos complementos on line desta edição, em [www.spn.pt](http://www.spn.pt)].

# Sucesso escolar português: um caso de sucesso?

Se recuarmos ao pós-guerra português, designadamente aos anos 50, 60 e 70 do século XX, estas questões eram bem mais simples. Aliás, como só podia ser num rústico regime fascista. Grosso modo, podemos dizer que a Família educava e a Escola instruía. Os papéis de cada uma eram claros.

Depois, uma parte substancial da população não ia sequer à escola (embora década a década fossem cada vez menos os que não iam). Aos que iam, diferentes tipos de instrução os esperavam. O grosso da população ficava-se pela instrução primária e pelo célebre LEC, *ler, escrever e contar*. Os que ascendiam à instrução secundária eram divididos em dois grupos: de um lado, nas escolas comerciais e industriais, eram formados os empregados e os proletários de que a economia necessitava; do outro, nos liceus, e como meio de acesso à universidade, eram preparados os futuros candidatos a doutores.

O sistema era altamente classista. A Escola limitava-se a reproduzir a ordem social.

Com o 25 de Abril e a com a Lei de Bases do Sistema Educativo houve um grande avanço na massificação do ensino, do Básico ao Superior, tendo sido praticamente erradicado o analfabetismo das crianças em idade escolar e unificado o Ensino Básico.

## Sistema perfeito...

Com o decorrer do tempo começou a constatar-se que a manutenção de um clima de exigência, num quadro de subfinanciamento da Escola, era impossível. Mais: era impossível continuar a melhorar, e rapidamente, como se pretendia, os índices educativos; era necessário “contingentar” a população escolar por grupos de nível. Desse modo, todos poderiam ter sucesso escolar.

Assim, com a chegada de David Justino ao Ministério da Educação, as questões do *sucesso escolar* começaram a ganhar um destaque avassalador na Comunicação Social e na vida escolar e iniciou-se um conjunto de mudanças na avaliação dos alunos e na diversificação das ofertas formativas. Com a acção de Maria de Lurdes Rodrigues, foi dado um gigantesco passo em frente.

É neste universo, e no desígnio de melhorar os índices estatísticos educativos, que surgem *Exames, Rankings, Percursos Alternativos, Cursos de Educação e Formação, Novas Oportunidades, Cursos Profissionais, Planos de Recuperação, Planos de Acompanhamento...*

Com vista à instantânea europeização dos índices educativos e formativos dos portugueses, tudo é reduzido a variáveis comparáveis e a população escolar é segmentada por patamares de potencial, inter-escolas e/ou inter-turmas – a este título veja-se a evolução das escolas públicas e das escolas privadas no topo e no fim dos rankings e as guerras entre escolas EB2/3 e Secundárias para seleccionarem os melhores alunos para o 3º Ciclo do Ensino Básico.

**O velho conceito de sucesso escolar identificado com o *passar de ano* poderá ser considerado hoje o mais correcto? Eu acho que não. E assumo-o, de há uns anos a esta parte, perante os encarregados de educação dos meus alunos, sempre que me é atribuída a função de director de turma. Faço-o por uma razão simples – o conceito de sucesso escolar está cada vez mais longe do conceito de sucesso educativo. Ora, para mim, é cada vez mais importante perceber se o aluno sabe, faz e é aquilo que tem que saber, fazer e ser do que, propriamente, se *passa ou não*. Até porque o sucesso escolar, hoje, é mesmo um sucesso... Será?**





Ana Alvim

### ... Realidade nem tanto

A substancial melhoria que, por estes dias, se está a verificar no *sucesso escolar* – para a qual também contribuíram exames mais compreensivos no 9º e 12º anos e critérios de correcção mais simpáticos – não está, provavelmente, a ter correspondência na *melhoria das aprendizagens* dos alunos. Poderemos, pois, estar a assistir a um afastamento dos conceitos de *sucesso escolar* e de *sucesso educativo*.

Resumindo, todo o aluno alcança sucesso escolar: quem não conseguir no ensino regular, vai para um curso profissional no 10º ano; quem não tiver condições para chegar ao 9º ano, vai para um CEF de serviços (se tiver um fraco aproveitamento), técnico (se tiver um aproveitamento muito fraco) ou braçal (se o aproveitamento for fraquíssimo).

O sistema é perfeito – todos têm sucesso... no seu patamar... A realidade é que não – se calhar, os alunos destas ofertas estão a sair da escola sem as aprendizagens elementares para um cidadão do século XXI.

Gostava, no entanto, de sublinhar um aspecto, até para evitar mal entendidos. Não ponho em causa a necessidade de se diversificarem as ofertas; tampouco a existência de ofertas formativas e técnicas. O que hoje, no meu entender, se deve pôr em causa, é o facilitismo. Porque, de facto, é disso que se trata. Se não vejamos...

### Truque de cosmética

Não é mais fácil e mais barato, para o Estado, criar grupos de nível e empurrar os que não garantem o sucesso no ensino regular para estas ofertas? Claro que é mais fácil!

Vai a europeia sociedade da comunicação, da excelência e do sucesso, em que vivemos, admitir que existe insucesso no seu seio? Não! Parece mal admiti-lo.

Vão os órgãos de gestão de uma escola, com o sucesso e o mérito no DNA dos seus projectos cantados aos quatro ventos, admitir que têm casos de insucesso? E, já agora, de indisciplina? Não! Estraga a imagem da escola.

Vai um aluno de 15 anos, com um percurso de três ou quatro retenções, escolher por sua vontade, espartanamente, o caminho do esforço, da dedicação e do trabalho, quando observa que estes não são valorizados? Não! O tempo de acreditar no Pai Natal já lá vai...

Em suma, o funcionamento das ofertas profissionalizantes, tal como está a ocorrer no terreno, em vez de garantir o sucesso escolar numa perspectiva educativa – permitir a todos os cidadãos o acesso aos saberes essenciais e ao viver democrático, embora por vias diferentes – é um truque cosmético, uma forma fácil de esconder o insucesso escolar. Quem para lá é empurrado são os alunos com um histórico de insucesso escolar no ensino regular.

Assim, afinal, a Escola está a contribuir para a imobilidade social; não está a cumprir Abril. A Escola volta – se calhar voltou – a ser classista. ▶

**Francisco Gonçalves,**  
EB2/3 de Arouca

**10**

**CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES**

**23.24**  
**Abril 2010**  
**Montemor-o-Novo**

Pavilhão Gimnodesportivo  
da EB 2.3 S. João de Deus

**DAR VALOR AOS PROFESSORES**

MELHOR PROFISSÃO  
MELHOR ESCOLA PÚBLICA  
MELHOR FUTURO

FENPROF

Montemor-o-Novo  
MONTEMOR-O-NOVO  
Câmara Municipal

Caixa Geral de Depósitos

ACOREANA

# 10º Congresso Nacional dos Professores

## Reuniões para eleição de delegados

O 10º Congresso Nacional dos Professores vai realizar-se nos próximos dias 23 e 24 de Abril, em Montemor-o-Novo, sob o lema *DAR VALOR AOS PROFESSORES: Melhor Profissão, Melhor Escola Pública, Melhor Futuro*. Na oportunidade, serão debatidos dois importantes temas: a profissão docente (condições de trabalho, precariedade e instabilidade, carreira, aposentação...) e o futuro da Escola e do sistema educativo.

Com o objectivo de apresentar e promover a discussão dos documentos em debate no congresso, bem como de proceder à eleição dos seus delegados à assembleia magna da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), o Sindicato dos Professores do Norte tem agendadas diversas reuniões, aqui publicitadas. A direcção do SPN apela, pois, à participação de todos os sócios nesta fase preparatória do 10º Congresso da Fenprof.

### Ordem de trabalhos

1. Apresentação e discussão das propostas globais de Plano de Acção para o Triénio 2010-2013, a votar no 10º Congresso Nacional dos Professores
2. Eleição de delegados ao congresso
3. Outros assuntos

**Nota 1:** Os sócios que simultaneamente trabalham e residem fora da área de influência do Sindicato dos Professores do Norte podem optar pela comparência em qualquer das reuniões que se realizem para eleição de delegados do seu sector de educação ou ensino, passando a integrar o respectivo colégio eleitoral, sendo, assim, eleitores e elegíveis nessa reunião.

**Nota 2:** Nos casos em que haja reuniões simultâneas de vários sectores de educação ou ensino, os docentes de cada um desses sectores constituem-se em colégios eleitorais separados.



Direcção Distrital de  
**Aveiro**

### (S. João da Madeira – abrange Santa Maria da Feira)

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS	LOCAL	DATA, HORA
Pré-Escolar (1 delegado)	Arouca Oliveira de Azeméis S. João da Madeira Vale de Cambra	Sede do SPN em S. João da Madeira	01/04/2010, 10h00
Pré-Escolar (1 delegado)	Castelo de Paiva Espinho Ovar Sta. Maria da Feira	Museu de Chapelaria, S. João da Madeira [R. Oliveira Júnior, 501]	01/04/2010, 14h00
1º CEB (2 delegados)	Arouca Oliveira de Azeméis S. João da Madeira Vale de Cambra	Sede do SPN em S. João da Madeira	01/04/2010, 10h00
1º CEB (1 delegado)	Castelo de Paiva Espinho Ovar	Museu de Chapelaria, S. João da Madeira [R. Oliveira Júnior, 501]	01/04/2010, 14h00
2º e 3º CEB e Secundário (5 delegados)	Sta. Maria da Feira Arouca Oliveira de Azeméis S. João da Madeira	Sede do SPN em S. João da Madeira	01/04/2010, 10h00
2º e 3º CEB e Secundário (4 delegados)	Vale de Cambra Castelo de Paiva Espinho Ovar Sta. Maria da Feira	Museu de Chapelaria, S. João da Madeira [R. Oliveira Júnior, 501]	01/04/2010, 14h00
Aposentados (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em S. João da Madeira	01/04/2010, 10h00
Educação e Ensino Especial (1 delegado)	Todos os do distrito	Museu de Chapelaria, S. João da Madeira [R. Oliveira Júnior, 501]	01/04/2010, 14h00
Ensino Superior	Os docentes deverão comparecer na reunião a realizar na <b>Sede Central do SPN, no Porto, no dia 08/04/2010, às 17h00</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes desse distrito.		
Ensino Particular e Cooperativo e IPSS	Os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e IPSSs do distrito deverão comparecer na reunião a realizar na <b>Sede Central do SPN, no Porto, no dia 26/03/2010, às 18h00</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes dos distritos de Porto, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.		

**(Braga, Celorico de Basto, Fafe e Guimarães)**

<b>SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)</b>	<b>CONCELHOS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA, HORA</b>
<b>1º CEB (5 delegados)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Braga	26/03/2010, 18h00
<b>Educação e Ensino Especial (1 delegado)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Braga	26/03/2010, 18h00
<b>Pré-Escolar (3 delegados)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Braga	26/03/2010, 18h00
<b>Aposentados (1 delegado)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Braga	26/03/2010, 18h00
<b>Ensino Particular e Cooperativo e IPSS (2 delegados)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Braga	30/03/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (4 delegados)</b>	Amares Barcelos Terras de Bouro Vieira do Minho Vila Verde	Sede do SPN em Braga	31/03/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (8 delegados)</b>	Braga Esposende Póvoa de Lanhoso V.N.Famalicão	Sede do SPN em Braga	31/03/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Fafe Vizela	EB2,3 Carlos Teixeira (Fafe)	12/04/2010, 15h00
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Cabeceiras de Basto Celorico de Basto	EB2,3 Gandarela (Celorico de Basto)	13/04/2010, 18h00
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Guimarães	Sede do SPN em Guimarães	14/04/2010, 18h00
<b>Ensino Superior (1 delegado)</b>	Todos os do distrito *	ICS – Universidade do Minho – sala 228 – 2º andar (Braga)	06/04/2010 17h00

\* O colégio eleitoral do Ensino Superior integrará ainda os docentes deste sector do distrito de Viana do Castelo.

**(abrange Mirandela)**

<b>SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)</b>	<b>CONCELHOS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA, HORA</b>
<b>Pré-Escolar (1 delegado)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Bragança	24/03/2010, 17h00
<b>1º CEB (2 delegados)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Bragança	24/03/2010, 17h00
<b>2º e 3º CEB e Secundário (3 delegados)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Bragança	24/03/2010, 17h00
<b>Educação e Ensino Especial (1 delegado)</b>	Todos os do distrito	Sede do SPN em Bragança	24/03/2010, 17h00
<b>Ensino Superior (1 delegado)</b>	Todos os do distrito *	Sede do SPN em Bragança	24/03/2010, 17h00
<b>Aposentados</b>	Os docentes deverão comparecer na reunião a realizar na <b>Sede do SPN de Chaves, no dia 18/03/2010, às 18h30</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes desse distrito.		
<b>Ensino Particular e Cooperativo e IPSS</b>	Os docentes deverão comparecer na reunião a realizar na <b>Sede Central do SPN, no Porto, no dia 26/03/2010, às 18h00</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes dos distritos de Aveiro, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.		

\* O colégio eleitoral do Ensino Superior integrará ainda os docentes deste sector do distrito de Vila Real.



(Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Santo Tirso, Trofa, Valongo e V.N.Gaia)

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS ESCOLAS AGRUPADAS	LOCAL	DATA, HORA
Ensino Particular e Cooperativo e IPSS (6 delegados)	Todos *	Sede Central do SPN, no Porto	26/03/2010, 18h00
Aposentados (5 delegados)	Todos os do distrito	Sede Central do SPN, no Porto	29/03/2010, 15h00
Pré-Escolar (3 delegados)	Porto Gondomar Maia Matosinhos Santo Tirso Trofa Valongo V. N. Gaia	Sede Central do SPN, no Porto	30/03/2010, 18h00
1º CEB (6 delegados)	Porto Gondomar Maia Matosinhos Santo Tirso Trofa Valongo V.N.Gaia	Sede Central do SPN, no Porto	30/03/2010, 19h00
Educação e Ensino Especial (3 delegados)	Todos os do distrito	Sede Central do SPN, no Porto	31/03/2010, 18h00
Ensino Superior (3 delegados)	Todos os do distrito **	Sede Central do SPN, no Porto	08/04/2010, 17h00
2º e 3º CEB e Ens. Secundário (1 delegado)	EB2,3 Rio Tinto EB2,3 Rio Tinto nº 2 Sec. Rio Tinto EB2,3 Frei Manuel de Santa Inês	EB2,3 Rio Tinto (Gondomar)	12/04/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Ens. Secundário (1 delegado)	EB2,3 Mª Manuela Sá Sec. Abel Salazar EB2,3 Leça do Balio Sec. Padrão da Légua EB2,3 Santiago	EB2,3 Mª Manuela Sá (S. Mamede de Infesta – Matosinhos)	12/04/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (3 delegados)	Sec. Gonçalves Zarco Sec. Augusto Gomes EB2,3 Matosinhos EB2,3 Prof. Óscar Lopes Sec. Senhora da Hora EB2,3 Senhora da Hora EB2,3 Passos José EB1 Barranha	Sec. João Gonçalves Zarco (Matosinhos)	12/04/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	Sec. Soares dos Reis Sec. Filipa de Vilhena Sec. António Nobre Sec. Aurélia de Sousa EB2,3 Paranhos	Sec. Artística Soares dos Reis (Porto)	12/04/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	EB2,3/Sec. Clara de Resende Sec. Fontes Pereira de Melo EB2,3 Maria Lamas EB2,3 Viso Sec. Garcia de Orta EB2,3 Francisco Torrinha EB2,3 Leonardo Coimbra EB2,3 Manoel de Oliveira	EB2,3/Sec. Clara de Resende (Porto)	12/04/2010, 18h30

**continuação****(Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Santo Tirso, Trofa, Valongo e V.N.Gaia)**

<b>SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)</b>	<b>CONCELHOS ESCOLAS AGRUPADAS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA, HORA</b>
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Sec. Alexandre Herculano EB2,3/Sec. Cerco EB2,3 Areosa EB2,3 Nicolau Nasoni EB2,3 Ramalho Ortigão EB2,3 Pires de Lima EB2,3 Augusto Gil EB2,3 Pêro Vaz de Caminha	Sec. Alexandre Herculano (Porto)	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Todo o concelho de Valongo	Sec. Valongo	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (1 delegado)</b>	EB2,3/Sec. Águas Santas EB2,3 Pedrouços	Sec. Águas Santas (Maia)	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	Sec. António Sérgio Sec. Almeida Garrett EB2,3 Vila d'Este EB2,3 Santa Marinha EB2,3 Canidelo Sec. Inês de Castro EB2,3 Soares dos Reis EB2,3 Teixeira Lopes	Sec. António Sérgio (V.N.Gaia)	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	EB2,3/Sec. Canelas EB2,3 Escultor Ant. Fernandes Sá EB2,3 Avintes Sec. Oliveira do Douro EB2,3 Vilar de Andorinho	EB2,3 de Canelas (V.N.Gaia)	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Ens. Secundário (1 delegado)</b>	Santo Tirso	EB2,3 S. Rosendo (S. Tirso)	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Ens. Secundário (1 delegado)</b>	Trofa	EB2,3 S. Romão do Coronado	13/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	EB2,3 Maia EB2,3 Castelo da Maia EB2,3 Nogueira da Maia EB2,3 Dr. Vieira de Carvalho EB2,3 Gueifães Sec. Maia Sec. Castelo da Maia	EB2,3 Maia	14/04/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	EB2,3 Gondomar Sec. Gondomar EB2,3 Marques Leitão Sec. Valbom EB2,3 Jovim EB2,3 Fânzeres Sec. S. Pedro da Cova EB2,3 S. Pedro da Cova EB2,3 Medas	EB2,3 Gondomar	25/03/2010, 18h30
<b>2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)</b>	EB2,3 Irene Lisboa Sec. Infante D. Henrique EB2,3 Gomes Teixeira Conservatório de Música do Porto EB2,3/Sec. Rodrigues de Freitas EB2,3 Miragaia Sec. Carolina Michaëllis	EB2,3 Irene Lisboa (Porto)	25/03/2010, 18h30

**continuação****(Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Santo Tirso, Trofa, Valongo e V.N.Gaia)**

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS ESCOLAS AGRUPADAS	LOCAL	DATA, HORA
2º e 3º CEB e Secundário (1 delegado)	EB2,3 Sophia Mello Breyner Sec. Carvalhos EB2,3 Pe. António Luís Moreira Sec. Diogo Macedo EB2,3 Olival EB2,3 Grijó	EB2,3 Sophia de Mello Breyner (V.N.Gaia)	25/03/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (1 delegado)	EB2,3 Valadares Sec. Valadares EB2,3 Madalena Sec. Arcozelo	EB2,3 de Valadares (V.N.Gaia)	25/03/2010, 18h30

\* O colégio eleitoral do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS integrará ainda os docentes deste sector dos distritos de Aveiro, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.

\*\* O colégio eleitoral do Ensino Superior integrará ainda os docentes deste sector do distrito de Aveiro.

**(Amarante, Baião, Felgueiras e Marco de Canaveses)**

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS	LOCAL	DATA, HORA
Pré-Escolar (1 delegado)	Amarante Baião Felgueiras Marco de Canaveses	Sede do SPN em Amarante	24/03/2010, 18h00
1º CEB (2 delegados)	Amarante Baião Felgueiras Marco de Canaveses	Sede do SPN em Amarante	24/03/2010, 18h00
2º e 3º CEB e Secundário (3 delegados)	Amarante Baião Marco de Canaveses	Sede do SPN em Amarante	24/03/2010, 18h00
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	Felgueiras	EB2,3 Felgueiras	25/03/2010, 18h00

**(Penafiel, Paredes, Lousada e Paços de Ferreira, Paredes)**

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS	LOCAL	DATA, HORA
Pré-Escolar (1 delegado)	Lousada Paços de Ferreira Paredes Penafiel	Sede do SPN em Penafiel	22/03/2010, 18h00
1º CEB (2 delegados)	Lousada Paços de Ferreira Paredes Penafiel	Sede do SPN em Penafiel	23/03/2010, 18h00
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	Lousada Paços de Ferreira	Sede do SPN em Penafiel	24/03/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (4 delegados)	Paredes Penafiel	Sede do SPN em Penafiel	25/03/2010, 18h30



(inclui Monção)

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS	LOCAL	DATA, HORA
Pré-Escolar (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Viana do Castelo	26/03/2010, 19h00
1º CEB (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Viana do Castelo	26/03/2010, 19h00
2º e 3º CEB e Secundário (5 delegados)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Viana do Castelo	26/03/2010, 19h00
Educação e Ensino Especial (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Viana do Castelo	26/03/2010, 19h00
Aposentados (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Viana do Castelo	26/03/2010, 19h00
Ensino Superior	Os docentes do distrito deverão comparecer na reunião a realizar em <b>Braga, no ICS – Universidade do Minho, sala 228, 2º andar, no dia 08/04/2010, às 17h00</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes daquele distrito.		
Ensino Particular e Cooperativo e IPSS	Os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e IPSSs do distrito deverão comparecer na reunião a realizar na <b>Sede Central do SPN, no Porto, no dia 26/03/2010, às 18h00</b> , assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes dos distritos de Porto, Aveiro, Bragança e Vila Real.		



(inclui Chaves)

SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS A ELEGER)	CONCELHOS	LOCAL	DATA, HORA
Pré-Escolar (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Vila Real	18/03/2010, 18h30
Educação e Ensino Especial (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Vila Real	18/03/2010, 18h30
1º CEB (1 delegado)	Alijó Mondim de Basto Murça Peso da Régua Sabrosa Sta Marta de Penaguião Vila Pouca de Aguiar Vila Real	Sede do SPN em Vila Real	18/03/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	Alijó Mondim de Basto Murça Peso da Régua Sabrosa Sta Marta de Penaguião Vila Pouca de Aguiar Vila Real	Sede do SPN em Vila Real	18/03/2010, 18h30
Aposentados (1 delegado)	Todos os do distrito	Sede do SPN em Chaves	18/03/2010, 18h30
1º CEB (1 delegado)	Boticas Chaves Montalegre Ribeira de Pena Valpaços	Sede do SPN em Chaves	18/03/2010, 18h30
2º e 3º CEB e Secundário (2 delegados)	Boticas Chaves Montalegre Ribeira de Pena Valpaços	Sede do SPN em Chaves	18/03/2010, 18h30



**continuação**  
 (inclui Chaves)

**SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS  
 A ELEGER)**
**Ensino Superior**
**Ensino Particular e  
 Cooperativo e IPSS**
**CONCELHOS**
**LOCAL**
**DATA, HORA**

Os docentes do distrito deverão comparecer na reunião a realizar na **Sede do SPN de Bragança, no dia 24/03/2010, às 17h00**, assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes desse distrito.

Os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e IPSSs do distrito deverão comparecer na reunião a realizar na **Sede Central do SPN, no Porto, no dia 26/03/2010, às 18h00**, assim integrando um colégio eleitoral conjunto com os docentes dos distritos de Aveiro, Bragança, Porto e Viana do Castelo.



## Toda a Área Geográfica do SPN

**SECTOR (DELEGADOS EFECTIVOS  
 A ELEGER)**
**Desempregados  
 (2 delegados)**
**CONCELHOS**

Todos

**LOCAL**

Sede Central do SPN, no Porto

**DATA, HORA**

 26/03/2010,  
 15h00

## CONVOCATÓRIA

### Assembleia-Geral Ordinária de Sócios • 24 de Março de 2010

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte, convoco a Assembleia-Geral Ordinária de Sócios para o dia 24 de Março de 2010, às 16h30, a funcionar descentralizadamente, na Sede do Sindicato e nas suas Delegações, com a seguinte

**Ordem de trabalhos**

Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2009

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

*Porto, 09 de Março de 2010.*

*A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral,*

**Ana Maria Brito Jorge**



Ana Alvim



*Sindicato dos Professores do Norte  
Relatório de Actividades*

# 2009: O ano do fim do pesadelo

2009 arrancou com a luta dos professores e educadores em pleno auge, perante a denodada ofensiva ministerial que continuaria a demonstrar toda a sua teimosia e intransigência, quer no plano da ofensiva contra a Escola Pública, quer quanto à destruição da identidade profissional docente.

A resposta dos professores não deixava de se situar em planos elevadíssimos de mobilização, de que é exemplo a grandiosa greve nacional realizada em 19 de Janeiro, que parou praticamente as escolas de todo o país.

Essa determinação e disponibilidade para a luta voltaram a ficar evidentes naquela que terá sido a mais difícil das grandiosas manifestações de professores em Lisboa, realizada em 30 de Maio, já com alguns sinais de erosão a virem ao de cima e com a proximidade do ciclo eleitoral que se iria seguir no horizonte próximo. Ainda assim, juntar mais de 80 mil professores e educadores em Lisboa foi, sem dúvida, uma inequívoca demonstração de como os sindicatos da Plataforma Sindical, sob a liderança da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), estavam ligados aos superiores interesses dos docentes, os sabiam representar e, também, a confiança que neles depositavam os professores.

Não surpreenderia, assim, que a primeira das eleições realizadas se traduzisse numa clara derrota do partido do Governo – muitos e diversos analistas políticos não deixaram de apontar a luta dos professores como causa importante desse desfecho. Nas que se seguiram, alguma recuperação registada pelo Partido Socialista não foi bastante para evitar que, na mais importante dessas eleições, ficasse longe de repetir a maioria absoluta de que dispunha até então.

## **Responsabilidade sindical**

Um novo processo se abria a partir da formação do actual governo minoritário, tendo-se estabelecido rapidamente um clima de diálogo, absolutamente impossível de registar com a equipa de Maria de Lurdes Rodrigues, e um processo negocial intenso, centrado em torno de duas questões: a substituição do modelo de avaliação do desempenho docente e a revisão do Estatuto da Carreira Docente e consequentes medidas transitórias, pondo fim à iníqua divisão da carreira em duas categorias, promessa assumida desde o início pela equipa de Isabel Veiga.

Tratando-se de um processo negocial sério, conduzido pela Fenprof e pelos sindicatos constituintes com elevado sentido de responsabilidade, o seu desfecho só aconteceria já no dealbar do presente ano civil, traduzindo-se por um acordo assinado entre o Ministério da Educação e a maioria das organizações sindicais integrantes da Plataforma de Sindicatos. Um acordo importante, revestido também de claro significado político, que, não esgotando as matérias que urge alterar, permite às organizações sindicais continuarem a desenvolver processos negociais em torno delas.

As lutas comuns de todos os trabalhadores foram também objecto de atenção e acompanhamento empenhado, quer as realizadas no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, quer ao nível da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), com destaque para as manifestações realizadas com significativas presenças de professores do Norte, mobilizados pelo SPN.

## Dificuldades acrescidas

Finalmente, destaque para a muito intensa acção sindical quotidiana, sempre centrada nas escolas, perseguindo objectivos de proximidade com os professores, que pode não ser de visibilidade maior, mas que se sente profundamente ao nível dos resultados globais. Um ano tão decisivo na luta dos professores não teria os incríveis resultados que teve ao nível da participação sem esta entrega, quase anónima, por parte dos dirigentes e de uma rede de delegados sindicais que regista um número interessante de quadros sindicais de referência.

De realçar que este trabalho se depara com acrescidas dificuldades, fruto da ofensiva desencadeada contra o movimento sindical docente e que reduziu drasticamente o número de quadros sindicais disponibilizados para o trabalho no terreno. Assim mesmo, esse trabalho prossegue, ainda que com muitas limitações, mas nunca perdendo de vista o designio original do Sindicato dos Professores do Norte: estar sempre lá, onde tudo se resolve: nas escolas e agrupamentos, com os educadores e professores. ▶

## Cronologia breve de um ano sindical

- 06.Jan.** Almoço de Reis dos professores aposentados (Porto)
- 13.Jan.** Participação na *Jornada Nacional de Reflexão e de Luta* organizada pela Fenprof
- 15.Jan.** Reunião de educadores e professores contratados e desempregados (Porto)
- 19.Jan.** Greve Nacional de Professores
- 26-30.Jan.** Participação no Pedagogia 2009 (Cuba)
- 28.Jan.** Assembleia-Geral de Sócios para aprovação do Plano de Actividades 2009
  
- 07.Mar.** Participação no *Cordão Humano de Professores* (Lisboa)
- 13.Mar.** Participação na Manifestação Nacional de Trabalhadores promovida pela CGTP-IN (Lisboa)
- 26.Mar.** Assembleia-Geral de Sócios para aprovação do Relatório e Contas 2008
- 28.Mar.** Participação na concentração do Dia Nacional da Juventude (Lisboa)
  
- 20-24.Abr.** *Semana de Consulta Geral aos Professores* sobre o prosseguimento da acção sindical
- 20-26.Abr.** Participação na *Semana de Acção Global pela Educação*
- 25.Abr.** Participação nas comemorações do 25 de Abril
- 30.Abr.** Assembleia-Geral de Sócios para alteração dos Estatutos do SPN
  
- 01.Mai.** Participação nas comemorações do 1º de Maio
- 14.Mai.** Participação na Euro-Manifestação de Madrid
- 26.Mai.** Participação na *Jornada Nacional de Protesto, de Luta e de Luto dos Professores e Educadores* (Lisboa)
- 30. Mai.** Participação na Manifestação Nacional de Professores (Lisboa)
  
- 17.Jun.** Participação na elaboração do *Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional*, apresentado em Lisboa
- 22.Jun.** Assembleia-Geral de Sócios para eleição da Mesa da Assembleia-Geral (intercalar) e das direcções distritais (mandatos a terminar em 2011)
  
- 05.Out.** Participação nas comemorações do Dia Mundial do Professor
- 24.Out.** Participação no Congresso da CIG/Ensino (Santiago de Compostela)
  
- 11.Nov.** Participação no *Encontro Nacional de Docentes do Ensino Superior Politécnico* (Lisboa)
- 23-25.Nov.** Participação na *Conferência Regional Europeia da Internacional da Educação* (Varsóvia)
- 24.Nov.** Assembleia-Geral de Sócios para alteração dos Estatutos do SPN
- 28.Nov.** Comemoração do 27º aniversário do SPN – homenagem a Costa Carvalho, Adriano Teixeira de Sousa e José Paulo Serralheiro (Maia)
  
- 05.Dez.** Reunião de professores das AEC (Porto)





*Marrocos continua a ocupar a RASD*

## **Parceiro da Europa viola território e direitos humanos**

**“Usurpar a pátria, participar na espoliação dos seus bens e negar a vida aos saharauis é a maior violação dos Direitos do Homem que pode ser feita” – Cayo Lara, líder da Esquerda Unida (Espanha), sobre o comportamento de Marrocos, durante a Conferência Internacional de Apoio ao Povo Saharaui, realizada em Granada, com a presença de delegações de vários países, incluindo Portugal.**

Coincidindo com a primeira cimeira União Europeia-Marrocos, por ocasião da presidência espanhola da UE, a conferência (6-7/Março) teve como objectivo manifestar solidariedade com o povo saharauí e denunciar a concessão do estatuto avançado a Marrocos, o que tornará este país num parceiro privilegiado da União Europeia.

De facto, Marrocos, que ocupa ilegalmente um país vizinho, espoliando-o dos seus recursos naturais; que viola diariamente os direitos humanos, especialmente os da população saharauí, que vive reprimida e torturada na zona ocupada; e que desrespeita sistematicamente as resoluções das Nações Unidas relativas à realização de um referendo sobre a autodeterminação daquele povo, não pode, nem deve, beneficiar desse estatuto.

Se na conferência estiveram presentes algumas centenas de participantes, entre os quais os jornalistas marroquinos Ali Amar, Ali Lambert e o cartoonista Khalid Gueddar, que recentemente foram impedidos de exercer a sua profissão em Marrocos e obrigados



ao exílio ou viram os seus jornais encerrados pelo regime – e que se associaram à denúncia das violações dos Direitos Humanos em Marrocos e à ausência de liberdade de expressão no país –, na manifestação com o lema *Sem Liberdade nem Direitos Humanos; Não ao Estatuto com Marrocos!*, realizada sob intensa chuva e que percorreu o centro de Granada, foram vários milhares os manifestantes a reclamar que a UE não pode conceder o estatuto de avançado a um país que viola o Direito Internacional e que impede um povo de exercer o seu direito de autodeterminação.

Na conferência participaram alguns parlamentares europeus, sendo muito notada a presença de Aminetu Haidar (que recentemente esteve retida durante vários dias num aeroporto espanhol) e de muitas mulheres e jovens saharauis que cobriram as ruas de Granada com milhares de bandeiras da República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

### **Usurpação lesa povo saharauí**

O Sahara Ocidental ocupado tem uma das maiores e mais ricas jazidas de fosfato a céu aberto, em todo o mundo. De acordo com estudos já efectuados por companhias petrolíferas, ainda antes da ocupação, há a probabilidade da existência de importantes reservas de petróleo e de gás natural ao longo da sua extensa costa. Estes valiosos recursos naturais sempre constituíram uma razão importante para justificar a ocupação ilegal do Sahara Ocidental por Marrocos, tal como aconteceu com o petróleo do Mar de Timor para justificar a anexação ilegal de Timor Leste pela Indonésia.

A indústria pesqueira, e muitos dos negócios que lhe estão associados, nas mãos de altas patentes das Forças Armadas marroquinas, constituem, de igual modo, um factor inibidor da resolução do conflito.

Este tipo de actividades económicas prejudica os interesses da maioria do povo saharauí e constitui uma violação do Direito Internacional. Um grande número de resoluções da ONU e de convenções internacionais – e, mais recentemente, o parecer dos serviços jurídicos da UE – definem estas práticas comerciais como ilegais. ▶

**Henrique Borges,**  
Direcção do SPN

# 1GOAL: Educação Para Tod@s!

**Este ano, a Semana de Acção Global pela Educação decorre de 19 a 25 de Abril, dedicada ao Financiamento da Educação Para Todos. O "goal" (objectivo) é cumprir as metas de EPT estabelecidas em 2000, no Fórum Mundial de Educação de Dakar (Senegal).**

Anualmente, a plataforma internacional *Global Campaign for Education* (Campanha Global pela Educação) promove uma Semana de Acção para chamar a atenção da comunidade educativa, dos políticos, dos meios de comunicação e da opinião pública em geral para os objectivos da EPT definidos em Dakar para serem atingidos até 2015.

Uma iniciativa tanto mais importante quanto é certo que, à medida que 2015 se aproxima, fica clara e urgente a necessidade de mais esforços para cumprir as promessas – um recente relatório da UNESCO revelava que cerca de 72 milhões de crianças continuam sem ir à escola, milhões de jovens concluem os estudos sem terem adquirido competências básicas e um em cada seis adultos não consegue ler, escrever ou calcular).

Uma iniciativa tanto mais importante, também, porque, de um modo geral, os governos têm manifestado, em diversas ocasiões, não disporem de fundos suficientes para se atingirem os objectivos previstos – isto, quando têm disponibilizado meios, recursos e instrumentos para suportar as diatribes da crise financeira.

Neste contexto, é necessário garantir que as políticas sociais não serão afectadas e que o acesso de todos a uma educação de qualidade não seja prejudicado, sobretudo nos países com economias mais frágeis e em desenvolvimento. E a participação de cada um dá voz a tod@s que ainda não acederam a uma educação de qualidade. ▶



- Na primeira SAGE, em 2003, dois milhões de pessoas participaram numa Grande Aula. No ano passado, foram já cerca de 14 milhões os participantes na Grande Leitura, relembrando a importância da alfabetização de jovens e adultos.

- Aproveitando o potencial mediático do futebol, e a realização do campeonato do mundo na África do Sul, a CGE uniu-se à FIFA para promover a iniciativa 1GOAL ([www.join1goal.org](http://www.join1goal.org)). Pretende-se que o mundial permita relembrar aos políticos, aos jogadores, aos adeptos e ao público em geral que é necessário investir mais na educação.

- Como muitas individualidades do mundo desportivo, e não só, o Futebol Clube do Porto também aderiu à iniciativa – o campeão português foi mesmo o primeiro clube nacional a fazê-lo (e o segundo a nível mundial, depois do F.C.Barcelona).

- Para saber como aderir e participar, consultar [www.educacaoparatodos.org](http://www.educacaoparatodos.org) – onde também é possível obter outras informações e descarregar o manual de actividades.



Sócrates  
(também)

# embirrou

com Obama?

Certamente por coincidência, no dia seguinte à assinatura do acordo de princípios entre as organizações sindicais e o Ministério da Educação, foi anunciada a nomeação de Maria de Lurdes Rodrigues para presidente do conselho executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). A antiga ministra da Educação sucede a Rui Machete e entra em funções a partir de Maio próximo.

O cargo, sublinhe-se, é de nomeação directa do primeiro-ministro. A FLAD foi criada pelo Estado português para promover as relações com os Estados Unidos, apontando para o desenvolvimento económico, social e cultural português, num clima de diálogo e cooperação entre as duas partes, tendo em vista o lançamento de projectos sólidos.

É aqui que surgem as maiores apreensões do lado de lá do Atlântico, e também do lado de cá, entre as entidades e os empresários mais lúcidos. Fontes fidedignas garantem que reina a maior angústia ao mais alto nível da administração Obama. As informações enviadas pela embaixada norte-americana para Washington foram, dizem observadores bem colocados, demolidoras e até há já quem perspetive incidente diplomático.

“Esta senhora tem o condão de desorganizar e de criar a confusão e a instabilidade”, alertava um dos assessores da representação diplomática, ainda às voltas com os recortes da imprensa alusivos às manifestações, às greves e aos protestos da quase totalidade dos docentes portugueses e à desestabilização introduzida nas escolas por Lurdes Rodrigues.

Sócrates embirrou com o Barack Obama, garantem alguns analistas... ▶

**A partir de Maio, as relações luso-americanas podem entrar em colapso. Administração Obama preparada para o pior.**

*José Paulo Oliveira*



**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**  
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVOLUCRO FECHADO DE Nº 02/02/01/06RC PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

*nesta edição*

- 02. a abrir  
**Sacrossanta avaliação**
- 03. editorial  
**Descobrir as diferenças**
- 04. acção sindical  
**Questões de *por maior* no reino da incerteza**
- 06. **Futuro da Educação Especial posto em causa**
- 07. **Reforçar a autonomia pedagógica e a democracia nas escolas**
- 08. **Vitória das educadores e da Fenprof**
- 09. legislação  
**Ainda o 1º concurso a 'titular'**
- 10. do superior  
**Avaliação do desempenho na Ensino Superior**
- 12. em foco  
**A propósito do Dia Internacional da Mulher**
- 14. **Discriminação das mulheres rende 5.500 milhões**
- 16. pontos de vista  
**Sucesso escolar português: um caso de sucesso?**
- 18. notícias spn  
**10º Congresso Nacional dos Professores**
- 26. **2009: O ano do fim do pesadelo**
- 28. internacional  
**Parceiro da Europa viola território e direitos humanos**
- 30. apostas spn  
**1GOAL: Educação Para Tod@s!**
- 31. a fechar  
**Sócrates (também) embirrou com Obama?**

**spni**  
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXV · II Série · N.º 37

Março 2010 · 2 euros

spninfo@spn.pt